

POVOS INDÍGENAS NO BRASIL

FONTE : DESP

CLASS. : 377

DATA : 18 03 87

PG. : 5

Deputado-geólogo pede estratégia nacionalista

O deputado Mendes Ribeiro (PMDB-RS) perguntou a Júlio de Mesquita Neto se o ministro da Justiça, Paulo Brossard, recebera a documentação de O Estado. O jornalista garantiu que não: "Vocês serão os primeiros". Sobre como o jornal procurou autenticar os documentos, o diretor responsável de O Estado foi categórico: "Me responsabilizo por isso. Tomamos providências e, além disso, veja os fatos e sentirá que está tudo provado".

Mendes Ribeiro lembrou que perguntou a dom Luciano de Almeida se a CNBB iria processar O Estado ou responder às duras críticas feitas ao Cimi pelo ministro da Justiça. O religioso teria respondido que não. "Não é evidente que as denúncias são verdadeiras", concluiu Mendes Ribeiro. "Ao se omitir, a CNBB admite esse que é um dos mais graves casos vindos à luz".

Já o deputado Gabriel Guerreiro (PMDB-PA) lamentou que seu líder de partido tenha-lhe deixado fora da comissão, apesar de ser geólogo, com total conhecimento da Amazônia, dos minerais e dos índios. "Acho que O Estado prestou um grande serviço ao País, pois tenho mestrado sobre economia mundial de minerais e sei como outras potências estrangeiras são capazes de usar qualquer estratégia e entidade para garantir seus mercados, como pretendiam fazer agora", comentou ele.

Para o deputado Gabriel Guerreiro, propor que as nações indígenas sejam soberanas e donas do subsolo, "quando se sabe o que representa o suprimento de minerais, é irracional. As terras indígenas devem ser pesquisadas pela União". Ele pediu também uma estratégia nacionalista no setor, "mas sem xenofobia", dizendo ser natural o Cimi defender as etnias diversas. "Mas acho estranho esta pressa em definir as diversas nações." Acusou ainda a Funai de ter quase triplicado as áreas indígenas desde 1970, explicando que o Departamento Nacional de Produção Mineral concedeu muitos alvarás, justamente para impedir este avanço indevido da Funai.

Finalmente, ele encerrou seu depoimento em tom dramático: "Dr. Júlio, mantenha esta coerência e defenda a nacionalização do subsolo contra o Cimi e as multinacionais, pois não podemos abrir mão da soberania nacional na Amazônia".

O deputado José Dutra (PMDB-AM) também lamentou a discriminação que sofreu da liderança do PMDB para integrar a comissão e elogiou as denúncias de O Estado, dizendo que o fazia também como descendente dos índios sateremaúé. Para ele, "não há verdade sem lógica e a lógica do atentado a nossa soberania está demonstrada num simples exame superficial das denúncias de O Estado".

José Dutra estranhou também que o Cimi se dedique apenas a defender os índios do Alto Rio Negro e não os do Alto Solimões, que são miseráveis.

O líder do PDS, deputado Amaral Neto (RJ) congratulou-se com o jornalista Júlio de Mesquita Neto pela publicação das denúncias contra o Cimi e a tentativa de limitação da soberania da Amazônia, observando que a imprensa independente e responsável age desta forma, tal como aconteceu com o famoso caso Watergate. Amaral observou ser conhecedor dos problemas da Amazônia, que percorreu várias vezes fazendo programas jornalísticos para a televisão, e condenou a atuação "da es-

querda da Igreja" que predomina na região, "aliada com entidades e interesses internacionais, que querem impedir a exploração do subsolo a pretexto de estar preservando a sobrevivência dos índios".

O Parlamentar carioca contou ter assistido, há alguns anos, dois padres estrangeiros impedirem uma equipe de especialistas da Companhia Vale do Rio Doce, na serra do Surucucu, de realizar levantamentos sobre a riqueza mineral do subsolo. Contou que ao fazer denúncias contra a atuação de D. Pedro Casaldáliga sofreu pressão da Igreja, que através de abaixo-assinado tentou conseguir sua demissão da TV Globo. O que está se fazendo na Amazônia é banditismo com a utilização do índio para evitar a exploração do subsolo, observou. Amaral Neto disse que será inevitável o aproveitamento da região sem prejudicar o equilíbrio ecológico e a sobrevivência dos índios, sendo absurdo que no Alto Xingu, com 21 mil quilômetros quadrados, habitem apenas 2.500 indígenas. No Rio os favelados disputam mínimos espaços de terra para morar, comentou Amaral.

O líder do PDS afirmou que a tentativa de ingerência em questões internas do Brasil partiu da Áustria, país simpatizado pelas esquerdas. Por isso a pretensão foi adotada pelas entidades esquerdistas. Se fosse a emenda popular e a campanha pela limitação da soberania da Amazônia por parte dos Estados Unidos, já estavam as esquerdas promovendo a mobilização da sociedade contra a tentativa de interferência estrangeira em problemas nacionais. Enquanto isso, observou, muitos índios da Amazônia, estimulados pelos padres de esquerda, estão usando camisas da Nicarágua.

O senador Olavo Pires (PMDB-RO) defendeu igualmente a iniciativa da denúncia pelo Estado de S. Paulo, frisando que há interesse estrangeiro em defender o índio na medida em que isso impede a exploração das riquezas minerais da região pelo Brasil, e com isso a Igreja acaba se aliando com os cartéis internacionais. "Gostaria de saber se os padres brasileiros podem opinar sobre problemas da Itália, França, Polônia ou qualquer outro país tal como os padres estrangeiros insistem em fazer aqui", disse o senador, acrescentando que os parlamentares de esquerda falam sobre a região sem conhecimento de causa. "Não tenho obrigações com o Cimi nem com o Estado de S. Paulo, mas sou contra a invasão do Brasil pelos estrangeiros", destacou.

O representante de Rondônia informou à CPI ter um documento do Cimi sugerindo à população católica da Áustria que faça pressão sobre os constituintes brasileiros para a manutenção da integridade da região, frisando que o documento aponta a Amazônia como patrimônio internacional. "Projetos como a Calha Norte são titulados na publicação como elementos de pressão contra os índios, e não em defesa das fronteiras brasileiras. É lamentável que essa iniciativa tenha partido do Brasil, de uma entidade como o Cimi, que tem mais estrangeiros do que brasileiros. Estou solidário com a campanha de O Estado de S. Paulo", concluiu o senador.

O deputado Otávio Elísio (PMDB-MG) cumprimentou o jornalista Júlio de Mesquita Neto pela coerência de O Estado de S. Paulo desde os tempos da resistência contra a censura.